



ano 3  
número 16  
ISSN 2595-8232

Título | Capitalismo e corrupção: o caso da Petrobras e a  
Operação Lava Jato

Autores | William Vella Nozaki<sup>1</sup>

Palavras-chave | Petrobras, Corrupção, Operação Lava Jato, Poder.

Abril de 2020

---

<sup>1</sup> Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp) e coordenador-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).



Instituto de pesquisa de natureza privada criada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público dos mais diversos por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras. O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e os impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

## TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaboradas pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam dos temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

### **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep**

---

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2018

ISSN 2595-8232

---

## 1. Introdução

O poder econômico e a corrupção política são faces de uma mesma moeda, pois, de acordo com o historiador Fernand Braudel (1996), o capitalismo acontece naquela antessala mal iluminada, em horários duvidosos, onde se encontram os donos do dinheiro e os donos do poder. A negociação de decisões do executivo, do legislativo ou do judiciário como barganha para interesses de grandes corporações, de conselhos de administração e de empresários é a regra global e não a exceção brasileira.

O debate sobre a corrupção e o papel das empresas públicas exige novas reflexões a fim de repensar um conjunto de princípios e conceitos que se formaram sobre esse tema intrincado. O presente texto busca contribuir com esse debate, problematizando-o a partir de um setor particularmente sensível a essas questões: a indústria petrolífera, e analisando um caso particularmente recente nessa seara: a “petrocorrupção” investigada pela Operação Lava Jato no âmbito da Petrobras.

Para tanto, além da presente introdução, o artigo se divide em outras seis seções. Na segunda seção, “Petrocorrupção: a relação entre Estado e grandes empresas petrolíferas”, busca-se demonstrar como a presença de casos de corrupção na indústria petrolífera é um fenômeno que se relaciona muito mais com a dimensão geopolítica e econômica das *majors* petrolíferas, acontecendo em diversos países e períodos, não estando relacionados com esta ou aquela nacionalidade.

Na terceira seção, “Capitalismo e corrupção: o debate crítico em perspectiva internacional”, busca-se apresentar o tema da corrupção como uma questão de geopolítica e defesa no mundo contemporâneo, o que se demonstra por meio de como os Estados Unidos vem incorporando essa problemática em sua agenda estratégica contemporaneamente.

Na quarta seção, “Capitalismo e corrupção: o debate tradicional na perspectiva brasileira”, procura-se problematizar o modo como o tema da corrupção é interpretado no Brasil à luz apenas de questões relacionadas ao patrimonialismo, à justiça e à moral, o que evidencia certa defasagem com relação ao debate contemporâneo.

Na quinta seção, “Impactos econômicos da Operação Lava Jato na economia”, apresenta-se como a interpretação tradicional sobre o tema da corrupção leva a medidas de combate e prevenção a ilícitos que podem ser economicamente danosas a setores econômicos nacionais e estratégicos. No caso da Lava Jato, isso fica claro pelos impactos causados ao setor de construção civil e da indústria naval

Na sexta seção, “Impactos econômicos da Operação Lava Jato na Petrobras”, dá-se continuidade ao item anterior enfocando agora os efeitos deletérios sobre a indústria petrolífera e a Petrobras em particular. Por fim, na sétima seção, apresenta-se a sistematização de algumas conclusões.

## 2. Petrocorrupção: a relação entre Estado e grandes empresas petrolíferas<sup>2</sup>

Os norte-americanos costumam festejar as duas grandes gerações que marcaram sua história de forma definitiva: a geração dos seus *founding fathers*, responsável pela criação do seu sistema político, na segunda metade do século XVIII; e a geração dos seus *robber barons*, responsável pela criação do seu capitalismo monopolista, na segunda metade do século XIX. Dentro da geração dos *robber barons* (barões ladrões, na tradução livre) se destaca a figura maior de John D. Rockefeller, que ficou associada de forma definitiva ao petróleo e à criação da Standard Oil Company, a progenitora das majors norte-americanas que fizeram parte das “Sete Irmãs” e controlaram o mercado mundial do petróleo até o final da Segunda Guerra Mundial, e ainda ocupam lugar de destaque entre as quinze maiores empresas capitalistas do mundo.

A Standard Oil foi criada logo depois da Guerra Civil, em 1870, mas no final do século XIX, a empresa de Rockefeller era a maior petrolífera dos Estados Unidos, e a maior fornecedora do querosene que iluminava as grandes cidades de todo o mundo. Segundo seus biógrafos, Rockefeller era um homem piedoso e costumava viajar acompanhado por dois pastores que lhe davam assistência religiosa, mas ao mesmo tempo dirigia sua empresa com métodos impiedosos, na busca desenfreada da ganância capitalista, chegando até a destruição dos seus concorrentes sempre que se fizesse necessário (YERGIN, 2010). Por isto talvez, seu irmão, William Rockefeller, costumasse se referir à concorrência no mercado do petróleo como um exercício de “guerra e paz” (YERGIN, 2010). Na medida em que avançou a centralização do capital e o petróleo se transformou na *commodity* mais importante e estratégica do mundo, o comportamento de John Rockefeller se transformou numa espécie de “paradigma ético” universal, dentro da indústria mundial do petróleo.

No início do século XX, a indústria do petróleo se associou à indústria da guerra e se transformou na “energia” que passou a mover navios, tanques e aviões das Forças Armadas das Grandes Potências, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, e em todos os conflitos militares que se seguiram até o século XXI. O petróleo teve um papel decisivo na guerra do Pacífico, desencadeada pelo ataque japonês a Pearl

---

<sup>2</sup> Essa seção foi escrita originalmente em co-autoria com José Luis Fiori e publicada em 09 de Setembro de 2019 pela Le Monde Diplomatique Brasil: <<https://diplomatie.org.br/petroleo-guerra-e-corrupcao-para-entender-curitiba/>>.

Harbor, em 1941, e foi o motivo central do ataque alemão à União Soviética, em 1941, que se propunha chegar ao Azerbaijão, conquistando o petróleo do Cáucaso e do Mar Cáspio. Depois disto, o petróleo foi decisivo para o golpe de Estado no Irã, em 1953, patrocinado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, e também para a crise do Canal de Suez em 1956. E voltou a ter um papel central na Guerra do Yom Kippur, em 1973, na guerra Irã-Iraque da década de 1980, na guerra do Golfo, em 1991, na guerra do Iraque, em 2003, na guerra da Líbia, em 2011, e na guerra da Síria que se prolonga até hoje (FIORI; NOZAKI, 2019a).

Em 1945, logo depois do fim da guerra, os Estados Unidos firmaram sua principal aliança estratégica, em todo o mundo, e até hoje, com a Arábia Saudita, que era naquele momento, a detentora da maior reserva de petróleo do mundo. Em 1979, depois da Revolução Islâmica do Irã, o presidente Jimmy Carter estabeleceu a sua famosa doutrina estratégica de que tudo o que envolvesse o controle do petróleo do golfo Pérsico (e do mundo, se poderia agregar) passaria a ser considerado como uma questão de segurança nacional dos Estados Unidos. Uma doutrina estabelecida com a plena consciência de que o petróleo também é uma questão de segurança estratégica para todas as demais potências do mundo que disputam as mesmas reservas mundiais que estão 2/3 concentradas no território de apenas quinze países, sendo que em treze destes suas reservas são controladas por seus próprios Estados-nacionais e suas empresas petrolíferas estatais.

Esta consciência coletiva de que o petróleo é um recurso indispensável à segurança estratégica dos países acabou consolidando uma parceria indissolúvel entre os seus Estados nacionais e suas empresas petrolíferas, na luta pela expansão e monopolização dos recursos e dos mercados de petróleo. Isto também no caso das grandes corporações privadas norte-americanas que operam em conjunto com o governo dos Estados Unidos, suas Forças Armadas e suas agências de informação. É esta estreita aliança, e a visão do petróleo como uma “*commodity* geopolítica” que explica a utilização de todo e qualquer meio que seja necessário para assegurar o controle dos novos recursos e mercados que apareçam, mesmo que seja necessário mudar regimes e governos, ou corromper governantes, políticos e executivos, ou mesmo juizes, procuradores, religiosos e quem quer que seja para a realização dos seus objetivos estratégicos.

Num trabalho anterior, escrito em parceria com o professor José Luis Fiori, relembramos alguns casos mais recentes divulgados pela imprensa internacional, de compra de favores e de promoção de mudança de governos, ou mesmo de guerras civis, motivadas por questões da indústria do petróleo, ou financiadas diretamente pelas grandes corporações do setor (FIORI; NOZAKI, 2019a).

- (i) Nos anos 1990, a Mobil e outras petroleiras americanas, teriam pago um suborno de US\$ 80 milhões para a conta bancária suíça do presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbaev, numa operação casada com a Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos;
- (ii) entre 2000 e 2002, a Chevron, teria pago sobretaxas para corromper o Programa Petróleo por Comida, da Organização das Nações Unidas, na época em que Condoleezza Rice era conselheira da Chevron;
- (iii) em 2003, a Exxon teria pago US\$ 500 milhões ao presidente da Guine Equatorial, Teodoro Obiang Nguem Mbasogo, depositados numa conta bancária privada e pessoal, nos Estados Unidos;
- (iv) ainda em 2003, a empresa norueguesa Statoil (atualmente Equinor), teria pago US\$ 2,9 milhões para garantir contratos no Irã;
- (v) entre 2004 e 2006, a Gazprom, a maior empresa de gás natural da Rússia teria pago suborno em conexão com a construção do gasoduto Yamal, que liga a Sibéria à Alemanha;
- (vi) em 2005, um inquérito independente liderado por Paul Volcker, denunciou um sistema regular de propinas, sobretaxas e pagamentos a indivíduos com acesso ao petróleo iraniano, dentro do programa “petróleo por comida”, incluindo a petroleira francesa, Total, que foi acusada de suborno, cumplicidade e tráfico de influência durante o período de 1996 a 2003, apesar de depois ter sido inocentada por um tribunal criminal de Paris, tão francês quanto a própria empresa;
- (vii) em 2006, a empresa francesa Total, teria comprado o apoio de políticos e empresários italianos para garantir concessões a preço abaixo do mercado, num golpe avaliado em 15 milhões de euros;
- (viii) em 2009, a Exxon teria vencido uma concorrência na Nigéria com uma proposta muito inferior à dos seus concorrentes, mediante suborno das autoridades locais;
- (ix) em 2011, a Exxon teria se enredado na corrupção do setor petrolífero da Libéria para a compra de um bloco petrolífero

- envolvendo outras empresas, incluindo a empresa de Visconde Astor, sogro do ex-primeiro ministro da Inglaterra, David Cameron;
- (x) também, em 2011, a Shell e a ENI teriam pago mais de US\$ 1 bilhão como suborno a executivos nigerianos do petróleo;
  - (xi) nesse mesmo ano, 2011, a Statoil foi denunciada por ter feito pagamento sistemático de propinas para consultores da Líbia e de Angola, no valor de US\$ 100 milhões, pagos desde o ano de 2000;
  - (xii) em 2017, na própria Arábia Saudita, uma longa investigação de corrupção no mundo do petróleo, prendeu dezenas de príncipes e empresários proeminentes;
  - (xiii) mais recentemente, em 2019, na Guiana, segue avançando uma investigação sobre o uso de suborno de autoridades governamentais, pela ExxonMobil e a Tullow Oil para obtenção do direito de exploração da mais nova região petrolífera de águas profundas do mundo; e
  - (xiv) voltando um pouco atrás, ainda em 1994, a Halliburton, que foi presidida por Dick Cheney entre 1995 e 2000, teria pago um suborno de US\$ 182 milhões a governantes da Nigéria, para participar do Projeto de Gás Natural Liquefeito de Bonny Island. Nesse caso, vale acrescentar a importante confissão de Pedro Barusco, ex-gerente de serviços da Petrobras, que participou das negociações com a empresa Halliburton para a entrega das plataformas P-43 e P-48. Segundo o engenheiro, executivos da petrolífera brasileira já vinham recebendo propinas, pelo menos desde 1997, as mesmas propinas que depois foram pagas por empresas brasileiras - como Odebrecht, OAS, entre outras - que substituíram empresas estrangeiras como fornecedoras da Petrobras (FIORI; NOZAKI, 2019a).

Paremos por aqui, pois tais casos parecem intermináveis, basta dizer que um estudo do cientista político da Universidade da Califórnia, Paasha Mahdavi, constatou que dos 141 processos movidos entre 1977 e 2013 pela Securities and Exchange Commission (SEC) e pelo Departamento de Justiça norte-americano (DoJ), 41, praticamente 1/3, foram ações anticorrupção relacionadas ao setor de óleo e gás.

Não há dúvidas de que o caso recente mais emblemático desta disputa mundial pelo petróleo, ainda é o caso da guerra do Iraque de 2003, concebida pelo vice-presidente Dick Cheney e que foi travada em nome do combate às armas de destruição em massa. Ainda que tenha servido de fato como uma forma de mudar o governo e o regime político do Iraque, o objetivo final era mesmo impor a supremacia das empresas americanas na exploração do petróleo iraquiano, incluindo o escandaloso caso do favorecimento da empresa norte-americana Halliburton, que havia sido presidida pelo próprio vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney, entre 1995 e 2000.

Sendo assim, o mercado mundial do petróleo não tem absolutamente nada a ver com a chamada “livre concorrência” de que falam os economistas ortodoxos e liberais, e sempre foi um campo de luta e de guerra pelo poder nacional e internacional. Dentro deste “campo de guerra” pelo petróleo, aquilo que os pastores, os juristas e o “homem comum” chamam de “corrupção” parece ser muito mais uma prática de mercado que faz parte do jogo de “guerra e paz” entre as grandes corporações multinacionais do setor. Por fim, é comum que estas mesmas corporações que “corrompem” utilizem-se da acusação de “corrupção” para vencer concorrentes e destruir adversários e governos, como já fazia o patriarca dos “barões ladrões” norte-americanos, o grande homem do petróleo, John D. Rockefeller.

### 3. Capitalismo e corrupção: o debate crítico em perspectiva internacional<sup>3</sup>

É comum falar de “teoria da conspiração”, toda vez que alguém revela ou denuncia práticas ou articulações políticas “irregulares”, ocultas do grande público, e que só são conhecidas pelos *insiders*, ou pelas pessoas mais bem informadas. E quase sempre que se usa esta expressão, é com o objetivo de desqualificar a denúncia que foi feita, ou a própria pessoa que tornou público o que era para ficar escondido, na sombra ou no esquecimento da história. Mas, de fato, em termos mais rigorosos, não existe nenhuma “teoria da conspiração”. O que existem são “teorias do poder”, e a “teoria da conspiração”, na verdade, é apenas uma das práticas mais comuns e necessárias de quem participa da luta política diária pelo próprio poder. Esta distinção conceitual é muito importante para quem se propõe analisar a conjuntura política nacional ou internacional, sem receio de ser acusada de “conspiracionista”. E é um ponto de partida fundamental para entender o verdadeiro papel do governo

---

<sup>3</sup> Essa seção foi escrita originalmente em co-autoria com José Luis Fiori e publicada em 09 de Setembro de 2019 no Le Monde Diplomatique Brasil: <<https://diplomatie.org.br/petroleo-guerra-e-corrupcao-para-entender-curitiba/>>.

norte-americano nas instabilidades ocorridas no Brasil desde 2015, inclusive no golpe de Estado em 2015 e na própria eleição do “capitão Bolsonaro”, em 2018.

Neste caso, não há como não seguir a trilha da chamada “conspiração”, que culminou com a ruptura institucional e a mudança do governo brasileiro. E nossa hipótese preliminar é que a história desta conspiração começou na primeira década do século XXI, durante o “mandarinato” do vice-presidente americano, Dick Cheney, apesar de que ela tenha adquirido uma outra direção e velocidade a partir da posse de Donald Trump, e da formulação da sua nova “estratégia de segurança nacional”, em dezembro de 2017.

No início houve surpresa, mas hoje todos já entenderam que essa nova estratégia abandonou os antigos parâmetros ideológicos e morais da política externa dos Estados Unidos, de defesa da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico, e assumiu de forma explícita o projeto de construção de um império militar global, com a fragmentação e multiplicação dos conflitos, e a utilização de várias formas de intervenção externa, nos países que se transformam em alvos dos norte-americanos. Seja através da manipulação inconsciente dos eleitores e da vontade política dessas sociedades; seja através de novas formas “constitucionais” de golpes de Estado; seja através de sanções econômicas cada vez mais extensas e letais, capazes de paralisar e destruir a economia nacional dos países atingidos; seja, finalmente, através das chamadas “guerras híbridas” que visam destruir a vontade política do adversário, utilizando-se da informação mais do que da força, das sanções mais do que dos bombardeios, e da desmoralização intelectual dos opositores mais do que da tortura.

Desse ponto de vista, é interessante acompanhar a evolução dessas propostas nos próprios documentos americanos, nos quais são definidos os objetivos estratégicos do país e as suas principais formas de ação. Assim, por exemplo, no “Manual de Treinamento das Forças Especiais Americanas Preparadas para Guerras Não-Convencionais”, publicado pelo Pentágono em 2010, já está dito explicitamente que “o objetivo dos Estados Unidos nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças internas de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos”. Com o reconhecimento de que “em um futuro não muito distante, as forças dos Estados Unidos se engajarão predominantemente em operações de guerra irregulares” (UNITED STATES, 2010). Uma orientação que foi explicitada, de maneira ainda mais clara, no documento no qual se define, pela primeira vez, a nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos do governo de Donald Trump, em dezembro de 2017. Ali se pode ler, com todas as letras, que o “combate à corrupção” deve ter lugar

central na desestabilização dos governos dos países que sejam “competidores” ou “inimigos” dos Estados Unidos (UNITED STATES, 2017). Uma proposta que foi detalhada no novo documento, denominado a “Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos”, publicado em 2018, em que se pode ler que “uma nova modalidade de conflito não armado tem tido presença cada vez mais intensa no cenário internacional, com o uso de práticas econômicas predatórias, rebeliões sociais, *cyber*-ataques, *fake news* e métodos anticorrupção” (UNITED STATES, 2018).

É importante destacar que nenhum desses documentos deixa a menor dúvida de que todas estas novas formas de “guerra não convencional” devem ser utilizadas – prioritariamente – contra os Estados e as empresas que desafiem ou ameacem os objetivos estratégicos dos Estados Unidos.

Neste ponto cabe formular a pergunta fundamental: quando foi – na história recente – que o Brasil entrou no radar dessas novas normas de segurança e defesa dos Estados Unidos? E aqui não há dúvida de que cabem muitos fatos e decisões que foram tomadas pelo Brasil, no período recente, como foi o caso da sua política externa soberana, da sua liderança autônoma do processo de integração sul-americano, ou mesmo, da participação no bloco econômico do BRICS, liderado pela China.

No entanto, não há a menor dúvida de que a descoberta das reservas de petróleo do pré-sal, em 2006, foi o momento decisivo em que o Brasil mudou de posição na agenda geopolítica dos Estados Unidos. Basta ler o *Blueprint for a Secure Energy Future*, publicado em 2011, pelo governo de Barack Obama, para ver que naquele momento o Brasil já ocupava posição de destaque em três das sete prioridades estratégicas da política energética norte-americana: (i) como uma fonte de experiência para a produção de biocombustíveis; (ii) como um parceiro fundamental para a exploração e produção de petróleo em águas profundas; (iii) como um território estratégico para a prospecção de petróleo no Atlântico Sul (SAUER, 2016).

A partir daí, não é difícil de rastrear e conectar alguns acontecimentos, sobretudo a partir do momento em que o governo brasileiro promulgou – em 2003 – sua nova política de proteção dos produtores nacionais de equipamentos, com relação aos antigos fornecedores estrangeiros da Petrobras, como era o caso, por exemplo, da empresa norte-americana Halliburton. Tal companhia era líder mundial em serviços em campos de petróleo, e uma das principais fornecedoras internacionais das sondas e plataformas marítimas, e que havia sido dirigida, até o ano 2000, pelo mesmo Dick Cheney que viria a ser o vice-presidente mais poderoso

da história dos Estados Unidos, entre 2001 e 2009. A Odebrecht, a OAS e outras grandes empresas brasileiras entraram nessa história, a partir de 2003, exatamente no lugar dessas grandes fornecedoras internacionais que perderam seu lugar no mercado brasileiro. Cabendo lembrar aqui que o início da complexa negociação entre a Halliburton e a Petrobras, em torno da compra e entrega das plataformas P-43 e P-48, envolvendo US\$ 2,5 bilhões, começou na gestão de Dick Cheney e se estendeu até o biênio 2003 e 2004, com a participação do Gerente de Serviços da Petrobras, na época, Pedro José Barusco, que depois se transformaria no primeiro delator conhecido da Operação Lava Jato (FIORI; NOZAKI, 2019b).<sup>4</sup>

Nesse ponto, aliás, seria sempre muito bom lembrar a famosa tese de Fernand Braudel (1996), o maior historiador econômico do século XX, de que “o capitalismo é o antimercado”, ou seja, um sistema econômico que acumula riqueza através da conquista e preservação de monopólios, utilizando-se de todo e qualquer meio que esteja ao seu alcance. Ou ainda, traduzindo em miúdos o argumento de Braudel: o capitalismo não é uma organização ética, nem religiosa, e não tem nenhum compromisso com qualquer tipo de moral privada ou pública que não seja a da multiplicação dos lucros e a da expansão contínua dos seus mercados. E isto é o que se pode observar, mais do que em qualquer outro lugar, no mundo selvagem da indústria mundial do petróleo, desde o início de sua exploração comercial do petróleo, desde a descoberta do seu primeiro poço pelo “coronel” E. L. Drake, na Pensilvânia, em 1859.

Agora bem, voltando ao eixo central do nosso argumento, é bom lembrar que este mesmo Dick Cheney que vinha do mundo do petróleo, e teve papel decisivo como vice-presidente de George W. Bush, foi quem concebeu e iniciou a chamada “guerra ao terrorismo”, conseguindo o consentimento do Congresso Americano para iniciar novas guerras, mesmo sem aprovação prévia do parlamento. E o que é mais importante, para nossos efeitos, conseguiu aprovar o direito de acesso a todas as operações financeiras do sistema bancário mundial, praticamente sem restrições, incluindo o velho segredo bancário suíço, e o sistema e pagamento europeus, o SWIFT.

Por isso, aliás, não é absurdo pensar que tenha sido por esse caminho que o Departamento de Justiça norte-americano tenha tido acesso às informações financeiras que depois foram repassadas às autoridades locais dos países que os Estados Unidos se propuseram a desestabilizar com campanhas seletivas “contra a corrupção”. No caso brasileiro, pelo menos, foi depois desses acontecimentos que ocorreu o furto de informações geológicas sigilosas e estratégicas da Petrobras, no

---

<sup>4</sup> Para a delação premiada de Pedro Barusco na íntegra, ver Estadão (2015).

ano de 2008, exatamente dois anos depois da descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal brasileiro, no mesmo ano em que os Estados Unidos reativaram sua IV Frota Naval de monitoramento do Atlântico Sul. E foi no ano seguinte, em 2009, que começou o intercâmbio entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e integrantes do Judiciário, do Ministério Público e da Política Federal brasileira para tratar de temas ligados à lavagem de dinheiro e “combate à corrupção”, num encontro que resultou na iniciativa de cooperação denominada Bridge Project, da qual participou o então juiz Sérgio Moro.

Mais à frente, em 2010, a Chevron negociou sigilosamente, com um dos candidatos à eleição presidencial brasileira, mudanças no marco regulatório do pré-sal, numa “conspiração” que veio à tona com os vazamentos da Wikileaks, e que acabou se transformando num projeto apresentado e aprovado pelo Senado brasileiro. E, três anos depois, em 2013, soube-se que a presidência da República, ministros de Estado e dirigentes da Petrobras vinham sendo alvo, há muito tempo, de grampo e espionagem, como revelaram as denúncias de Edward Snowden. No mesmo ano, a embaixadora dos Estados Unidos, que acompanhou o golpe de Estado do Paraguai contra o presidente Fernando Lugo, foi deslocada para a embaixada do Brasil. Depois desta mudança diplomática, no ano de 2014, que começou a Operação Lava Jato, que tomou a instigante decisão de investigar as propinas pagas aos diretores da Petrobras, exatamente a partir de 2003. Coincidência ou não, essa decisão deixou de fora, portanto, os antigos fornecedores internacionais, no momento exato em que concluíam as negociações da empresa com a Halliburton, em torno da entrega das plataformas P-43 e P-48.

Se todos estes dados estiverem corretamente conectados, e nossa hipótese for verossímil, não é de estranhar que depois de cinco anos do início desta “Operação Lava Jato”, os vazamentos divulgados pelo site The Intercept Brasil, dando notícias da parcialidade dos procuradores, e do principal juiz envolvido nessa operação, tenham provocado uma reação repentina e extemporânea dos principais acusados desta história que se homiziaram, praticamente, nos Estados Unidos.

#### 4. Capitalismo e corrupção: o debate tradicional na perspectiva brasileira

Como vimos acima, não haveria economia de mercado dos Estados Unidos à China, passando por Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Japão ou Coreia, sem que houvesse a imbricação entre interesses políticos e interesses empresariais. Isso fica evidente quando se observam os grandes e recentes casos de corrupção na Siemens alemã, na Samsung coreana, na Alstom francesa, na BAE inglesa, na Weatherford suíça, além dos bancos norte-americanos e agências de classificação de risco que, com muitos desvios, propinas e ilícitos, participaram da grande crise

econômica de 2008. Um país como os Estados Unidos que elegeu um empresário como presidente não poderia ser um caso de capitalismo asséptico e de democracia autoimune. Talvez os republicanos liberais brasileiros que tanto admiram os federalistas e os *founding fathers* norte-americanos tenham se deixado seduzir pela imagem típico-ideal de uma economia de mercado concorrencial e de livre-empresendedores, mas essa não é a história do capitalismo.

Noutras palavras, a mistura entre público e privado – ao contrário do que acredita parte do pensamento social e da opinião pública brasileira – não é uma peculiaridade nacional, mas sim um traço geral do próprio capitalismo. Tal enunciação, entretanto, não deve servir para naturalizar ou para normalizar a corrupção no mundo e no Brasil, ela serve antes para colocar o debate em outros termos. Vejamos.

Entre nós o conceito de patrimonialismo virou uma espécie de “pau para toda obra” e a flexibilidade teórica chega a tal ponto que a ideia de patrimonialismo é tratada como mero sinônimo de patriarcalismo, de patronato, de privatismo, de clientelismo, de fisiologismo, de corporativismo, de mistura entre público e privado, e toda sorte de patologias que abatem nossa cultura política, como aparecem no pensamento de Gilberto Freyre a Raymundo Faoro, passando pelo jovem Sérgio Buarque de Holanda. Via de regra, tal conceito é utilizado para acolher a ideia de que o Brasil é mesmo o país dos mal-feitos e do “jeitinho”, onde o capitalismo é mal-composto e a democracia é um mal-entendido. A boa intenção em encontrar a tal singularidade brasileira esconde por trás de si a suposição de que em algum lugar do mundo exista um capitalismo puro e uma democracia ideal. Ledo engano.

Em qualquer capitalismo mais organizado a mistura entre público e privado sofreu algum tipo de regulamentação mais contundente, no Brasil não, de forma que toda negociação passa a ser potencialmente tratada como relação espúria ou como crime, ao sabor do jogo de interesses do momento. O debate que deveria tratar da regulamentação passa pelo simplismo do proibicionismo e do moralismo exacerbados. Nesse ambiente, toda negociação, toda barganha, todo ajuste de interesses são passíveis de serem colocados em uma sombra de avaliação moral, dando margens para a interpretação de que há perseguições políticas.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Em matéria divulgada pela BBC News, um bom exemplo que abre margem para esse tipo de interpretação é a forma como juristas têm lidado com existência cabal de provas ou não para supostos atos ilícitos envolvendo o ex-presidente Lula: “O argumento mais usado pela defesa do ex-presidente é o de que ele está sendo condenado sem provas diretas, uma vez que o triplex no Guarujá que supostamente seria dado ao petista como pagamento de propina jamais passou para seu nome. “Lula foi condenado por receber o que não recebeu e por lavagem de dinheiro que não lhe foi dado”, afirmou o jurista Afrânio Silva Jardim após a condenação do petista por Moro. Eliana Calmon, ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça,

Mas, se a corrupção não é exclusividade nacional, como entre nós ela tem criado tanto assombro? A nossa peculiaridade se encontra em outro lugar, não no problema, mas na falta de iniciativas eficientes capazes de enfrentá-lo. O que se percebe é que ao menos três aspectos fundamentais, infelizmente, têm sido negligenciados pelo debate público, quais sejam<sup>6</sup>:

- (i) A ausência de regulamentação do lobby; diante da falta de uma normatização clara sobre o que é permitido e o que é proibido no campo das relações público-privadas, as interpretações ficam a cargo das vontades e dos valores de procuradores, juízes e policiais de plantão, tudo agravado pela utilização indiscriminada das delações premiadas, dos acordos de leniência e dos vazamentos seletivos;
- (ii) a possibilidade de que as doações de campanha sejam proporcionais às rendas e riquezas dos doadores. Esse tipo de particularidade só existe no Brasil, se não houver um teto universal para todos os doadores é evidente que os mais ricos sempre terão mais poder de decisão na competição democrática, ainda que como pessoas físicas, o que só reforça o surgimento de fenômenos como a ascensão de empresários na política;
- (iii) a existência de uma cultura política democrática frágil, criando um clima muito favorável para a desqualificação e a criminalização da política em geral e para a construção de uma opinião pública muito suscetível ao moralismo e desejosa menos de justiça e mais de justificações.

Entretanto, na concepção dos especialistas sobre o tema que, de certa forma, capitaneiam e/ou pautam a condução da Operação Lava Jato, o problema da corrupção no Brasil é um mal recente, concentrado em pessoas más e antiéticas que precisam ser enfrentadas por pessoas boas e competentes. Tamanho reducionismo constrange e se transforma no princípio que justifica a teoria do domínio do fato, a hipótese da flexibilização das provas, a priorização das convicções do Ministério Público (MP) sobre o direito de defesa de indiciados, e o expediente de se condenar acusados pela mídia antes do que pela própria justiça. Tudo isso levado a cabo pela generalização da delação premiada, um instrumento propício para quem entende a

---

discorda: “As provas existem, o que não existe é a escritura do apartamento em nome de Lula. Mas o processo não depende apenas disso: existem provas indiciárias e circunstanciais muito fortes”. Calmon se filia a uma corrente de juristas que argumenta que casos de suspeitas de corrupção no alto escalão sempre serão complexos e provavelmente não haverá provas diretas” (ALESSI, 2018).

<sup>6</sup> Essa problematização pode ser encontrada de forma mais aprofundada em Bruno Reis (REIS, 2017).

corrupção como um problema pessoal ou moral e que vem substituindo a construção de outros mecanismos mais eficientes de combate à corrupção no país.

Com esse diagnóstico, a Operação Lava Jato cria um clima político instável, marcado ora pelo êxtase com a revelação da suposta verdade ora pela depressão com o desnudamento da realidade. Enquanto isso, ela coloca sob suspeita todas as instituições do país. O resultado em última instância tem sido o assombro e a desesperança da população com a política como um todo.

O tempo histórico exige mais do que pudemos oferecer até agora, demanda medidas concretas de reconstrução e aperfeiçoamento das nossas instituições em outros patamares. Sem regular e regulamentar a sanha do poder econômico e o assanhamento do poder político, seguiremos aos tropeços, enfrentando golpes, rupturas constitucionais e quebras de pactos sociais. Vejamos como isso tem se dado concretamente a partir das articulações com o capitalismo internacional, dos impactos econômicos e políticos da Operação Lava Jato no Brasil.

## 5. Impactos econômicos da Operação Lava Jato na economia

Ao conceber o combate à corrupção nos termos apresentados no item anterior, a força tarefa da Operação Lava Jato tem promovido o desmonte de importantes setores da economia nacional, tais como a indústria petrolífera, a construção civil, a metal-mecânica, a indústria naval, a engenharia pesada, além do programa nuclear brasileiro.

Segundo estimativa de Costas (2015), a Lava Jato já produziu pelo menos três vezes mais prejuízos econômicos do que aquilo que ela avalia ter sido desviado com corrupção. Estima-se que em 2015, a Operação Lava Jato tenha sido responsável por um impacto negativo de 2,5% do produto interno bruto (PIB); mais ainda: em 2015, a força tarefa provocou a redução do equivalente a 2,0% do PIB em investimentos da Petrobras e a diminuição do equivalente a 2,8% do PIB em investimentos das construtoras e empreiteiras (COSTAS, 2015). Em 2016, calcula-se que a Operação tenha sido responsável pelo encolhimento de 5,0% da formação bruta de capital fixo no país. Além disso, a perda acumulada com a queda na arrecadação de impostos para União, Estados e Municípios pode ultrapassar a cifra dos R\$ 10 bilhões em 2017. Evidentemente, tais números também são reflexo da crise econômica, mas não é possível compreender a recessão brasileira sem levar em consideração como a Lava Jato funciona apenas lançando mais gasolina em um incêndio de proporções significativas.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a Lava Jato foi responsável pela perda, direta ou indireta, de cerca de 3,5 milhões de postos de trabalho em 2015 e 2016. A construção civil experimentou queda de 441 mil empregos entre 2015 e 2016; a construção pesada, perda de 293 mil empregos entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017; o setor naval, queda de 44 mil empregos entre 2014 e 2016; a indústria extrativa e mineral, eliminação de 38 mil empregos. Apenas na Petrobras o número de trabalhadores próprios caiu de 86 mil para 68 mil e o número de trabalhadores terceirizados diminuiu de 360 mil para 120 mil, entre 2013 e 2016. Talvez não seja exagero supor que cerca de ¼ do desemprego no Brasil tenha relação direta ou indireta com os impactos da Operação Lava Jato, de acordo com as associações empresariais que representam esses setores. No entanto, não restam dúvidas dos efeitos deletérios da Lava Jato para a geração de emprego, renda e produção no Brasil.

Borges (2016) inclusive explica os principais canais de transmissão da Operação Lava Jato que afetam de forma negativa a economia brasileira:

[No curto prazo], tendo a avaliar que os impactos foram liquidamente negativos. Em primeiro lugar, porque essa operação criou uma forte restrição de crédito em um setor sistemicamente muito importante para a economia brasileira e que vinha bastante dinâmico até 2013: a construção civil. O andamento bastante lento dos acordos de leniência somente potencializa esses efeitos. Além disso, a Lava Jato acabou caindo como uma bomba sobre o sistema político brasileiro, ao envolver pessoas de vários partidos (em especial da coalizão que governa o país já há bastante tempo), contribuindo para corroer ainda mais a governabilidade mínima e instável que o governo federal vinha tendo desde as manifestações de junho de 2013. Fica difícil acertar qualquer tipo de acordo político estável quando não se sabe quem vai estar preso (ou não) no dia, semana ou mês seguinte (BORGES, 2016).

Além dos argumentos levantados por Borges (2016), os impactos são robustos em função da gigantesca dimensão econômica adquirida pela Petrobras, principalmente a partir de meados dos anos 2000, quando esteve no centro do projeto industrial e social-desenvolvimentista. A petrolífera estatal brasileira teve papel decisivo no crescimento econômico do país e na recuperação da crise iniciada em 2008, seu plano de investimentos foi decisivo para os projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sua política de conteúdo tecnológico local foi fundamental para a reativação da indústria naval e de engenharia pesada, sua política de pesquisa e desenvolvimento foi essencial para a descoberta do pré-sal, e este, por seu turno, permitiu a criação de um fundo social para a educação e a saúde.

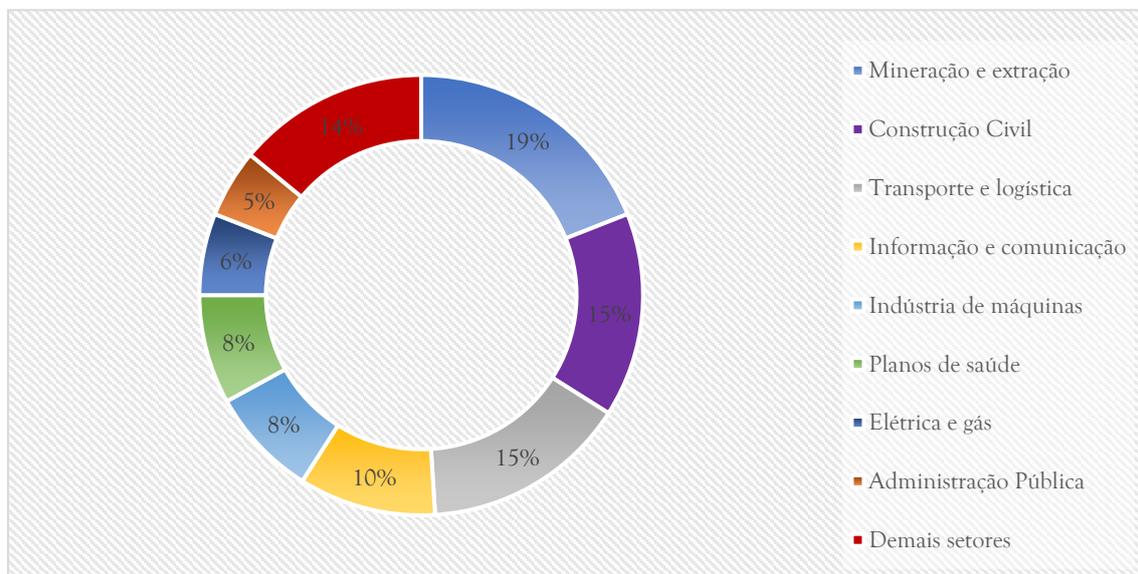
Prova disso é que o investimento da Petrobras saltou de US\$ 9 bilhões em 2004 para quase US\$ 55 bilhões em 2013; os efeitos multiplicadores significaram a geração de 50 mil empregos na indústria naval e milhares de postos de trabalho na indústria metal-mecânica (DIEESE, 2013).

Desde 2014, a Petrobras passou a incorporar em seus balanços notas e observações gerais sobre os impactos financeiros e políticos da Operação Lava Jato na empresa, via de regra, sob o argumento da transparência, tais itens buscam estabelecer uma relação causal entre a prevenção da corrupção e a política de desinvestimento e privatização (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2017).

### 6. Impactos econômicos da Operação Lava Jato na Petrobras

Para desmistificar a relação indevida estabelecida entre a corrupção e a Petrobras é preciso desmontar pelo menos três ideias que vêm se consolidando na opinião pública: (i) a ideia de que a corrupção é um problema endêmico apenas da Petrobras; (ii) a ideia de que um Estado menor significa menos corrupção; (iii) a ideia de que investimentos menores significa menos corrupção. Ao contrário do que postula o setor mais liberal-conservador, a corrupção não pode ser tratada como um problema peculiar do Brasil e tampouco como um problema singular da Petrobras.

**Gráfico 1 – Principais setores com empresas envolvidas em casos de corrupção (2014)**



Fonte: OCDE (2014). Elaboração do autor

Em 2014, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou seu último estudo sobre corrupção, fraude e propina no meio empresarial (OCDE, 2014). O relatório chama a atenção para o fato de que o setor

de mineração e extração é aquele com o maior número de casos de corrupção envolvendo grandes empresas, com 19%. Na sequência, vem o setor de construção civil, com 15%, que, coincidência ou não, tem como um dos seus maiores clientes, as grandes operadoras de petróleo que demandam a construção de sondas, plataformas etc. (conforme o Gráfico 1).

A explicação para tal constatação, segundo a própria OCDE, situa-se no fato de que o setor de petróleo é justamente aquele que mobiliza, comparativamente, o maior volume de investimentos e o maior número de contratos envolvendo valores vultosos. Sendo assim, a corrupção deve ser encarada menos como uma peculiaridade nacional ou como um problema endêmico a uma única empresa, e mais como um problema sistêmico do setor que, para ser enfrentado, exige a implementação de medidas coordenadas de governança em âmbito nacional e internacional.

Logo após os primeiros impactos da Lava Jato, o plano de negócios (PETROBRAS, 2016a) anunciado em 2016 pelo presidente da Petrobras para os cinco anos seguintes, se destacam pela (i) redução de 25% nos investimentos, que devem ser cortados de US\$ 98,8 bilhões para US\$ 74,1 bilhões; (ii) redução dos ativos da empresa, que deve sair integralmente de setores como os de gás liquefeito (GLP), biocombustíveis, petroquímicos e fertilizantes; (iii) realização de estudos para a venda da Liquigás e da BR Distribuidora; (iv) venda dos 47% de capital votante que a petroleira mantém na Braskem; (v) implementação de uma nova política mantendo os preços de derivados do petróleo em paridade com o mercado internacional.

Uma das justificativas oficiais para o desinvestimento, a descapitalização e a alienação patrimonial está ancorada na ideia de que a Petrobras precisa se refazer dos prejuízos causados pela corrupção revelada pela Operação Lava Jato. Em 2014, a empresa estimou os prejuízos com corrupção em cerca de R\$ 6,2 bilhões; nesse mesmo ano o lucro bruto da empresa foi de R\$ 80,4 bilhões, ou seja, os problemas com corrupção, ainda que envolvendo montantes significativos, atingiram apenas 7,7% do lucro da empresa (PETROBRAS, 2016b). O problema da corrupção não deve ser minimizado, mas certamente não justifica o encolhimento dos investimentos apontados pela atual direção da Petrobras.

Em 2015, o lucro bruto da empresa subiu para R\$ 98,5 bilhões e as perdas com a Lava Jato efetivamente computadas nos resultados financeiros atingiram R\$ 230 milhões, cerca de 0,23% do lucro. Sendo assim, a redução dos investimentos não pode ser amparada pela justificativa da corrupção como um elemento capaz de desorganizar o conjunto das contas da empresa.

Nesse caso, vale tomar como exemplo comparativo duas situações do setor petrolífero em âmbito internacional. Em 2011, a Statoil passou por um escândalo de corrupção envolvendo suas empresas na Líbia e em Angola, tratava-se do pagamento sistemático de propinas para consultores desses dois países em valores anuais estimados em torno de US\$ 100 milhões desde 2000 (NOZAKI, 2018). Passados três anos após a descoberta do caso, os investimentos da empresa não diminuíram, mas cresceram de US\$ 84 bilhões em 2010 para US\$ 133,6 bilhões em 2011 (STATOIL, 2016).

Esse é só um exemplo de como a corrupção, compreendida como um problema sistêmico e que afeta de modo mais intenso os Estados mais fracos, não deve ser tomada como justificativa para a estratégia de investimentos das empresas de petróleo, inclusive da Petrobras.

Ao contrário do que tem sugerido a atual gestão da Petrobras e na contramão do que a opinião pública tem propalado, não é lícito supor que (i) a corrupção seja um problema endêmico do Brasil e da Petrobras, muito pelo contrário, trata-se de um problema sistêmico que impacta todo o setor de petróleo e mineração; (ii) de forma análoga, é equivocado supor que um Estado menor contribui para o combate à corrupção, os Estados considerados mais transparentes são justamente aqueles que dispõem de maiores níveis de investimento e de dívida pública/PIB; (iii) por fim, é errônea a ideia de que a redução de investimentos das empresas petrolíferas tem algum tipo de relação com medidas de prevenção à corrupção, experiências internacionais demonstram não haver uma correlação direta entre investimento e corrupção.

Com a perpetuação desses três mitos, sob o pretexto de solucionar um problema de curto prazo – o endividamento da Petrobras – a atual gestão utiliza a questão da corrupção como uma cortina de fumaça que afronta as possibilidades de construirmos, no médio e no longo prazo, um projeto baseado em um Estado soberano e em um desenvolvimento industrial nacional.

A concretização das propostas da atual direção da Petrobras faz com que a empresa deixe de ser o centro do desenvolvimento industrial do país. Dessa forma, além de o Estado perder autonomia relativa sobre parte de um recurso estratégico, diminui-se o efeito multiplicador da empresa na geração de emprego e renda e no estímulo ao desenvolvimento de tecnologia nacional. Os impactos econômicos, sociais e políticos são evidentes.

Entre 2014 e 2016, a Odebrecht demitiu cerca de 160 mil trabalhadores; a Andrade Gutierrez demitiu 85 mil; a Camargo Correa, 25 mil; a Queiroz Galvão, 13 mil; e a UTC, 14 mil, apenas para mencionar algumas empresas mais diretamente

envolvidas no caso, de acordo com as balanços das respectivas empresas. Não se trata aqui de contemporizar ou minimizar a responsabilidade de um empresariado caracterizado por práticas de mercado conhecidamente predatórias, mas é curioso observar como enquanto as empresas desmontam, seus proprietários seguem desfrutando de prisão domiciliar e de patrimônios vultosos.

Apesar de estimar um prejuízo de cerca de R\$ 6,2 bilhões apenas na Petrobras, a Lava Jato até agora só conseguiu efetivamente devolver R\$ 662 milhões para a empresa, pouco mais de 10% de todo o valor desviado. O baixo desempenho deve-se a dificuldades econômicas e jurídicas intrínsecas a esse tipo de processo e ao fato de que parte dos recursos desviados segue empatada sob forma de imóveis e outros patrimônios, mas há por trás disso também um outro fator pouco problematizado no debate público: cada delação premiada inclui uma chamada cláusula de performance, ou cláusula de sucesso, que consiste em uma negociação onde o delator recebe uma porcentagem do dinheiro que a delação ajudou a encontrar. O caso do Alberto Youssef é emblemático e ele receberá 2% de todo o dinheiro que ajudará a recuperar, até agora o doleiro deve receber algo em torno de R\$ 20 milhões até o final da ação.

Considerando o número de delações premiadas e a ausência de clareza na negociação das cláusulas de performance – são 77 ex-executivos apenas da Odebrecht – não seria surpreendente se a maior parte do dinheiro encontrado fosse devolvida aos delatores por meio desse expediente que, apesar de legal, é explicitamente antiético.

Mais ainda, de acordo com o Ministério Público, em média cada fase da Operação custa cerca de R\$ 156 mil aos cofres públicos, até março de 2017 foram deflagradas 38 fases totalizando cerca de R\$ 5,9 milhões, ou seja: é absolutamente factível que as quantias de dinheiro devolvidas a cada delator sejam maiores do que o custo de cada fase da Operação, daí sua flagrante ineficiência econômica, pois, trata-se de utilizar recursos públicos para devolver dinheiro a corruptos e corruptores.

## 7. Conclusão

A relação entre Estado e grandes empresas é uma constante na história do capitalismo, a sobreposição entre interesses públicos e privados não pode ser tratada como singularidade desta ou daquela nacionalidade, trata-se antes e sobretudo de um traço constitutivo da própria economia de mercado.

No caso da indústria petrolífera, essa imbricação aparece sob a forma da presença de um grande número de casos de corrupção das mais variadas naturezas jurídico-econômicas, isso ocorre em função da importância geopolítica e da relevância financeira dessas *majors*, situação que as coloca em posição privilegiada no encontro entre poder público e iniciativa privada.

Essa dinâmica histórica tem se intensificado contemporaneamente, sobretudo por que, cada vez mais, as empresas petrolíferas têm feito parte das novas estratégias e táticas de defesa nacional que utilizam as guerras comerciais, empresariais e o combate à corrupção como armas de disputa geopolítica, como fica evidente nos documentos da política de defesa dos Estados Unidos.

No Brasil, entretanto, a abordagem sobre o tema da relação entre capitalismo e corrupção permanece sofrendo influências de elementos culturalistas e “essencializantes”, tanto no ambiente jurídico quanto no ambiente econômico, passando pelo meio acadêmico. Esse tipo de interpretação deficitária esteve presente na Operação Lava Jato e no modo como ela foi avaliada por atores políticos e pela opinião pública.

Desse modo, esse modelo de combate e enfrentamento à corrupção tornou vulnerável setores econômicos fundamentais e empresas estratégicas para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional, impactando de forma negativa a indústria da construção civil, a indústria naval, e, principalmente, a indústria petrolífera em geral e a Petrobras em particular.

## 8. Referências Bibliográficas

ALESSI, G. O julgamento de Lula na Lava Jato: “existem provas circunstanciais muito fortes contra Lula”. **BBC News**, São Paulo, 23 jan. 2018. Especial Operação Lava Jato. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/22/politica/1516648084\\_848789.htm](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/22/politica/1516648084_848789.htm)>.

BORGES, B. A Lava-Jato e o PIB. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 mar. 2016. Opinião.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

COSTAS, R. Escândalo da Petrobras ‘engoliu 2,5% da economia em 2015’. **BBC News/Brasil**, São Paulo, 2 dez. 2015. Brasil. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201\\_lavajato\\_ru](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_lavajato_ru)>.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Os modelos de exploração de petróleo no Brasil e as questões relacionadas ao surgimento do pré-sal: o debate sobre o Campo de Libra**. Nota Técnica, n. 129. São Paulo: DIEESE, out. 2013.

ESTADÃO. Veja na íntegra a delação premiada de Pedro Barusco. **Blog do Fausto Macedo**, São Paulo, 05 fev. 2015.

FIORI, J. L.; NOZAKI, W. V. Conspiração e corrupção: uma hipótese muito provável. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 30 jul. 2019b. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/conspiracao-e-corrupcao-uma-hipotese-muito-provavel/>>.

FIORI, J. L.; NOZAKI, W. V. Petróleo, guerra e corrupção: para entender Curitiba. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 09 set 2019a. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/petroleo-guerra-e-corrupcao-para-entender-curitiba/>>.

NOZAKI, W. V. A Statoil e a corrupção em Angola. **JornalGGN**, São Paulo, 23 jun. 2018. Energia. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/blog/william-nozaki/a-statoil-e-a-corrupcao-em-angola-por-william-nozaki>>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Scale of international bribery laid bare by new OECD report**. Paris: OCDE 2014. Disponível em <<http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/scale-of-international-bribery-laid-bare-by-new-oecd-report.htm>>.

PETROBRAS. **Plano de Negócios e Gestão 2017-2021**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2016a. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao>>.

PETROBRAS. **Divulgações trimestrais de resultados**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2016b. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-financeiros/holding>>.

REIS, B. P. W. A Lava-Jato é o Plano Cruzado do combate à corrupção. **Blog Novos Estudos/Cebrap**, 2017. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/a-lava-jato-e-o-plano-cruzado-do-combate-a-corrupcao/>>.

SAUER, I. L. O pré-sal e a geopolítica e hegemonia do petróleo face às mudanças climáticas e à transição energética. In: MELFI, A. J.; MISI, A.; CAMPOS, D. de A.; CORDANI, U. G. (Orgs.). **Recursos Minerais do Brasil**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2016. p. 308-322.

STATOIL. **Annual Report 2016**. Stavanger: Statoil, 2016. Disponível em: <<https://www.statoil.com/en/investors.html#contact-investor-relations>>.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Corruption Perceptions Index 2016**. Berlim: Transparência Internacional, 2017. Disponível em: <[https://www.transparency.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2016](https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016)>.

UNITED STATES. U.S. Department of the Army. **Special Forces Unconventional Warfare Training Manual**. Washington D.C.: U.S. Department of the Army, 2010. Disponível em: <<https://publicintelligence.net/u-s-army-special-forces-unconventional-warfare-training-manual-november-2010/>>.

UNITED STATES. Seal of the President of the United States. **National Security Strategy**. Washington D.C.: Seal of the President of the United States, 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>.

UNITED STATES. U.S. Department of Defense. **National Defense Strategy**, Washington D.C.: Department of Defense, 2018. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>.

YERGIN, D. **O petróleo**. Uma história mundial de conquista, poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.